

Aprovada lei que muda as regras para educação

LDB permite às universidades destinar vagas para alunos que serão avaliados ao longo do 2º Grau mas mantém vestibular

Depois de tramitar oito anos no Congresso, foi aprovada ontem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação — uma espécie de Constituição do ensino no país — que, entre outras mudanças, muda as regras de acesso ao ensino superior: ao lado do vestibular de caráter classificatório, que continuará existindo, as universidades poderão destinar um número de vagas para alunos que serão avaliados ao longo Segundo Grau. Uma das pioneiras é a Universidade de Brasília (UnB), que já iniciou o seu Programa de Avaliação Seriada (PAS). Considerada uma verdadeira revolução no ensino,

a nova LDB substituirá a antiga lei, aprovada em 1961 e completamente defasada. O substitutivo do deputado José Jorge (PFL-PE) preservou a maioria dos pontos incluídos pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), relator da matéria no Senado.

Para parlamentares de quase todos os partidos, a LDB aprovada vai promover uma ampla reforma no sistema de organização educacional no país e a compatibilização com as mudanças aprovadas na Constituição de 1988. Uma das principais mudanças é a obrigatoriedade da introdução no programa das disciplinas edu-

cação religiosa, educação física e educação artística. A Constituição de 1988 já previa essa obrigatoriedade, mas a LDB, por pressão da Igreja Católica, vai agora fazer cumprir. Cada escola vai optar pelo ensino religioso a ser oferecido: religião católica, evangélica ou umbanda. O caráter obrigatório é para a escola, mas a criança pode optar por frequentar ou não essa disciplina.

Em relação à gestão das universidades, a nova lei dá maior autonomia para os estabelecimentos públicos e particulares. Mas torna-se obrigatório que cada universidade, para continuar funcio-

nando, tenha em seu corpo docente pelo menos um terço de professores com mestrado. A universidade que não tiver esse percentual, terá um prazo de oito anos, a partir da sanção presidencial, para se adequar.

— A nova LDB vai organizar o sistema de ensino, definindo o papel do setor público e privado. Vai dar consistência às mudanças da Constituição de 88, ampliar a descentralização das escolas, flexibilizar a gestão das universidades e a lei dos vestibulares. No caso da obrigatoriedade do ensino religioso no Primeiro e Segundo Graus, ficará a cargo de cada

estado definir quem paga os professores, se o setor público ou privado — disse José Jorge.

Assim que saiu o resultado da votação — 349 votos a favor e 73 votos contra — o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ligou para José Jorge. Deu-lhe os parabéns e convidou-o para festejarem juntos.

— Fique tranqüilo ministro, saiu tudo direitinho. Vamos fazer uma festa para comemorar — respondeu o relator.

Durante a votação no plenário lotado da Câmara, apenas PT, PSB e PCdoB foram contra o substitutivo de José Jorge. Falando pelo

PCdoB, o ex-presidente da UNE, Lindbergh Farias(RJ) argumentou que o projeto discutido durante anos com entidades representativas da sociedade e objeto de consenso entre todos os partidos, havia sido engavetado.

— Fomos esfaqueados pelas costas! Quando foi para o Senado, o projeto de consenso foi jogado no lixo. Esse projeto dá liberdade exagerada para as universidades se organizarem como quiserem. No caso da eleição de reitores, os professores terão 70% dos votos e sobra 30% para estudantes e servidores — protestou Lindbergh Farias. ■